

# GENEALOGIA DO DIREITO MODERNO

*O estado de necessidade*

Nicolas Israël

Com a colaboração de Laurent Gryn

Tradução

MARIA ERMANTINA DE ALMEIDA PRADO GALVÃO

Revisão da tradução

CLAUDIA BERLINER



*wmf*martinsfontes

SÃO PAULO 2009

*Esta obra foi publicada originalmente em francês com o título  
GENEALOGIE DU DROIT MODERNE – L'état de nécessité  
Copyright © 2006 Éditions Payot & Rivages  
Copyright © 2009, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,  
São Paulo, para a presente edição.*

1ª edição 2009

**Tradução**

MARIA ERMANTINA DE ALMEIDA PRADO GALVÃO

**Revisão da tradução**

*Claudia Berliner*

**Acompanhamento editorial**

*Luzia Aparecida dos Santos*

**Revisões gráficas**

*Ana Paula Luccisano*

*Ana Maria Alvares*

**Produção gráfica**

*Geraldo Alves*

**Paginação/Fotolitos**

*Studio 3 Desenvolvimento Editorial*

872253

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Israël, Nicolas

Genealogia do direito moderno : o estado de necessidade /  
Nicolas Israël com a colaboração de Laurent Gryn ; tradução  
Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão ; revisão da tra-  
dução Claudia Berliner. – São Paulo : Editora WMF Martins  
Fontes, 2009. – (Biblioteca jurídica WMF)

Título original: *Généalogie du droit moderne : l'état de né-  
cessité.*

ISBN 978-85-7827-133-6

1. Direito – Filosofia – História 2. Justiça social 3. Necessi-  
dade (Direito) I. Gryn, Laurent. II. Berliner, Claudia. III. Ti-  
tulo.

09-03807

CDU-340.12

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Genealogia do direito 340.12

*Todos os direitos desta edição reservados à*

**Livraria Martins Fontes Editora Ltda.**

Rua Conselheiro Ramalho, 330 01325-000 São Paulo SP Brasil

Tel. (11) 3241.3677 Fax (11) 3101.1042

e-mail: [info@wmfmartinsfontes.com.br](mailto:info@wmfmartinsfontes.com.br) <http://www.wmfmartinsfontes.com.br>

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO. O estado de necessidade</b> .....	VII
<b>CAPÍTULO I. A justiça legal: Aristóteles e Tomás de Aquino</b> .....	1
<i>As diferentes concepções do mérito segundo o direito político</i> .....	1
<i>O bem comum</i> .....	5
<i>A origem da lei natural</i> .....	9
<i>Os preceitos da lei natural</i> .....	15
<i>A transcendência de uma ordem de valores</i> .....	20
<b>CAPÍTULO II. A distinção entre o direito e a moral</b> .....	27
<i>A regra jurídica</i> .....	27
<i>O direito natural</i> .....	31
<i>Justiça distributiva, justiça comutativa</i> .....	34
<i>A resistência do juiz</i> .....	41
<i>O direito de propriedade</i> .....	46
<b>CAPÍTULO III. O advento do direito subjetivo: Guilherme de Ockham</b> .....	53
<i>A discussão sobre a pobreza</i> .....	53
<i>A moral nominalista</i> .....	58
<i>A dedução do direito subjetivo</i> .....	65
<b>CAPÍTULO IV. Suarez: a fundação do direito natural subjetivo</b> .....	71

<i>O estado de “pura natureza”</i> .....	71
<i>A lei natural: um comando da razão</i> .....	73
<i>A faculdade moral</i> .....	78
<i>Direito subjetivo e justiça legal</i> .....	80
<b>CAPÍTULO V. Grócio: uma nova concepção da justiça comutativa</b> .....	89
<i>“O direito propriamente dito”</i> .....	89
<i>A origem dos direitos subjetivos</i> .....	96
<i>Transferência de direito e lei civil</i> .....	103
<i>A emergência do direito de resistência</i> .....	108
<b>CAPÍTULO VI. Os direitos do homem: Hobbes e Locke</b> .....	115
<i>A equidade</i> .....	115
<i>O direito natural à segurança</i> .....	121
<i>O direito natural de propriedade</i> .....	128
<i>Poder soberano e direitos subjetivos</i> .....	144
<i>A doutrina hobbessiana da lei natural</i> .....	154
<i>O direito de resistência</i> .....	160
<b>CONCLUSÃO. O direito do estado de necessidade</b> ..	169
<i>Rawls</i> .....	169
<i>A justiça particular</i> .....	179
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	189